

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.535.061 - PR (2019/0193447-1)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : **ADINOLIA BARBOSA CAVALCANTE CRESPO**
AGRAVANTE : **ADAO GOMES DE CARVALHO**
AGRAVANTE : **ELIZETE MUNIZ DA COSTA**
AGRAVANTE : **JORGE APARECIDO DA SILVA**
AGRAVANTE : **MARCIA ADRIANA DE SOUZA REGO**
AGRAVANTE : **CLARINDA PRIMO DE SOUZA**
AGRAVANTE : **EFIGENIO CESAR DE OLIVEIRA**
AGRAVANTE : **JORDINA OTACILIA DO AMARAL**
AGRAVANTE : **JOSE GONCALVES DE LUNA**
AGRAVANTE : **LINDINALVA MARTINS VICHETTI**
AGRAVANTE : **MARIA HELENA JANUÁRIO DA SILVA**
ADVOGADOS : **ALEXANDRE FERNANDES DE PAIVA - PR034201**
 ADRIANA DIAS FIORIN - PR042848
AGRAVADO : **COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS**
ADVOGADOS : **ALEXANDRE PIGOZZI BRAVO - PR056355**
 MARIA EMILIA GONÇALVES DE RUEDA - PE023748

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. VÍCIOS NA CONSTRUÇÃO. SFH. COBERTURA PELA APÓLICE. IMPOSSIBILIDADE. REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS BEM COMO INTERPRETAÇÃO DAS CLÁUSULAS CONTRATUAIS. SÚMULAS 5 E 7/STJ. ABUSIVIDADE DE CLÁUSULA CONTRATUAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356 DO STF. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por ADINOLIA BARBOSA CAVALCANTE CRESPO e OUTROS de decisão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná que negou seguimento ao seu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea *a* e *c*, da Constituição Federal, contra acórdão assim ementado (e-STJ, fls. 1.736):

APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DE INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA - SFH – IMÓVEIS POPULARES QUE APRESENTAM VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO – SENTENÇA DE RECONHECIMENTO DA

Superior Tribunal de Justiça

PRESCRIÇÃO – AFASTAMENTO – IMPOSSIBILIDADE DE CONSIDERAÇÃO DO TERMO INICIAL UTILIZADO PELA SENTENÇA – CANCELAMENTO DE APÓLICE SEM ORIGEM DEFINIDA – DÚVIDA QUE NÃO PODE PREJUDICAR O MUTUÁRIO – ANÁLISE DE MÉRITO – CAUSA MADURA – PREVISÃO DO §4º DO ARTIGO 1.013 DO CPC – INEXISTÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE RISCO IMINENTE DE DESMORONAMENTO, ÚNICA HIPÓTESE EM QUE SERIA POSSÍVEL A COBERTURA POR VÍCIOS CONSTRUTIVOS – INEXISTÊNCIA DO DEVER DE REPARAR – IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS INICIAIS COM FIXAÇÃO DA VERBA DE SUCUMBÊNCIA AO ENCARGO DOS AUTORES. RECURSO DE APELAÇÃO PROVIDO PARA AFASTAR A PRESCRIÇÃO, COM O CONSEQUENTE JULGAMENTO DE MÉRITO PARA RECONHECER A IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS INICIAIS.

Nas razões do recurso especial, as partes recorrentes, além de divergência jurisprudencial, apontaram violação dos arts. 370 e 371 do Código de Processo Civil e 51, I, do Código de Defesa do Consumidor.

Sustentaram que, ao decidir, o Tribunal de origem apreciou a prova de forma restritiva e não sistêmica, o que prejudicou os recorrentes, pois não levou em consideração as circunstâncias constantes nos autos. Requerem *"a proteção ao direito dos recorrentes à manutenção dos imóveis que apresentam vícios construtivos, conforme constatado na perícia e expresso no acordão recorrido, evitando um futuro desmoronamento caso não realizado"*. Afirmam *"que os riscos incidentes sobre os imóveis, e apontados na prova pericial, são coberto pela apólice securitária"* (e-STJ, fl. 1.783)

Defendem abusividade das cláusulas contratuais, pois *"aplicou cláusula restritiva aos direitos dos segurados (recorrentes) na medida em que negou-lhes a reparação dos danos tão somente em razão dos imóveis não estarem desmoronando"*. Acrescentam que o *"objeto do contrato de seguro é precisamente a cobertura de danos físicos ocasionados por vício de construção dos imóveis dos segurados. Consequentemente, exagerada é a vontade representada pela cláusula 8.1.2 da apólice, que se torna nula em razão da abusividade."* (e-STJ, fl. 1.785).

Superior Tribunal de Justiça

Contrarrazões apresentadas (e-STJ, fls. 1.799/1.826).

Sobreveio o juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem (e-STJ, fls. 1.835/1.838), o que ensejou a interposição do presente recurso.

Em suas razões, infirmou especificamente as razões da decisão agravada (e-STJ fls. 1.868/1.879).

É o relatório. Passo a decidir.

Primeiramente, esclareço que o juízo de admissibilidade do presente recurso será realizado com base nas normas do CPC/2015, conforme Enunciado Administrativo Nº 3/STJ.

No que diz respeito à alegação de que "*os riscos incidentes sobre os imóveis, e apontados na prova pericial, são coberto pela apólice securitária*" (e-STJ, fl. 1.783), assim se manifestou o Tribunal de origem:

O laudo ainda concluiu que as edificações apresentam aspecto de uso e desgaste compatível com o tempo de uso, podendo ser considerada normal a conservação feita pelos usuários (quesito 8º, Pág. 1052).

E no quesito 14º da Pág. 1053, responde objetivamente que não há risco de desmoronamento dos imóveis:

14º. Há risco de desmoronamento dos imóveis ou de algum de seus elementos estruturais? Caso positivo, qual a causa? Resposta: Não. Nas unidades vistoriadas não há, até o presente momento, ocorrência de desmoronamento parcial. Seja pelo grau de comprometimento ou pelo estágio em que se encontram, alguns danos irão evoluir para ameaça de desmoronamento se não forem executadas as (grifei) devidas correções e substituições dos materiais afetados.

O perito claramente afirma que os danos ainda irão evoluir para uma "ameaça" de desmoronamento, não fazendo menção alguma a risco iminente de desmoronamento, conforme exige a jurisprudência.

É certo que a apólice de seguro é documento instituído pela Circular nº. 111/1999 da SUSEP (mov. 38.6) e disponibilizado publicamente(), de cujo teor não há divergência entre as partes. [2]

A cláusula 3ª das Condições particulares para os riscos de danos físicos, colacionada aos autos no mov.

38.6 – Pág. 196 preceitua o seguinte:

"CLÁUSULA 3ª - RISCOS COBERTOS 3.1. Estão cobertos por

Superior Tribunal de Justiça

estas Condições todos os riscos que possam afetar o objeto do seguro, ocasionando:

- a) incêndio;*
- b) explosão;*
- c) desmoronamento total;*
- d) desmoronamento parcial, assim entendido a destruição ou desabamento de paredes, vigas ou outro elemento estrutural;*
- e) ameaça de desmoronamento, devidamente comprovada.*
- f) destelhamento;*
- g) inundação ou alagamento.*

3.2. Com exceção dos riscos contemplados nas alíneas "a" e "b" do subitem 3.1, todos os citados no mesmo subitem deverão ser decorrentes de eventos de causa externa, assim entendidos os causados por forças que, atuando de fora para dentro, sobre o prédio, ou sobre o solo ou subsolo em que o mesmo se acha edificado, lhe causem danos, excluindo-se, por conseguinte, todo e qualquer dano sofrido pelo prédio ou benfeitorias que seja causado por seus próprio componentes, sem que sobre eles atue qualquer força anormal." Apesar da previsão contida na cláusula 3.2., não se pode admitir que sejam excluídos da responsabilidade da seguradora os vícios não decorrentes de causa externa, pois, conforme reconhecido por este Tribunal de Justiça, trata-se de relação de consumo, sendo imperiosa a observância aos direitos e princípios norteados no CDC, notadamente aos arts. 47 e 51, que preveem, respectivamente, a interpretação mais favorável aos segurados, e a nulidade das cláusulas contratuais que importem em renúncia ou restrição de seus direitos.

Contudo, em que pese o reconhecimento da relação de consumo, e, por conseguinte, a abusividade da cláusula 3.2, não há como se olvidar que somente os riscos elencados nas alíneas 'a' e 'g' são acobertados a' pela apólice securitária.

Interpretando, então, a cláusula dos riscos cobertos, tenho que, existindo cobertura para ameaça de desmoronamento, devidamente comprovada, estão naturalmente cobertos os danos estruturais, assim entendidos como vícios construtivos oriundos da má utilização de técnicas na realização da obra, que possam abalar a estrutura do imóvel e causar o risco do seu desmoronamento.

Em outras palavras, embora seja possível que o sinistro decorra de problemas na construção, para que haja a pretendida cobertura securitária é necessário, ao menos e por óbvio, que o próprio sinistro de "ameaça de desmoronamento" tenha acontecido. Essa conclusão não é afastada pela invocada

Superior Tribunal de Justiça

e já aqui transcrita cláusula 3.1, anexo 12, cujo teor somente corrobora a possibilidade de que o sinistro ocorra por causa de um vício de construção.

Assim, elidir as conclusões do acórdão recorrido para concluir de forma diversa que *"os riscos incidentes sobre os imóveis, e apontados na prova pericial, são coberto pela apólice securitária"*, como requerem os recorrentes nas razões do recurso especial, demandaria invariavelmente o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos bem como interpretação das cláusulas contratuais, providências vedadas nesta sede especial a teor das Súmulas 5 e 7 desta Corte Superior.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE RESPONSABILIDADE SECURITÁRIA. COBERTURA SECURITÁRIA. PERÍCIA QUE ATESTA A AUSÊNCIA DE RISCO DE DESMORONAMENTO TOTAL OU PARCIAL. VÍCIO DE CONSTRUÇÃO QUE, POR SI SÓ, NÃO ESTÁ COBERTO PELA APÓLICE DE SEGURO. REEXAME. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. A revisão das conclusões estaduais - acerca da cobertura securitária e os vícios constantes no imóvel - demandaria, necessariamente, rever as conclusões alcançadas pelo Tribunal de origem, o que é inviável em recurso especial, por implicar reexame das provas contidas nos autos e análise e interpretação de cláusulas contratuais. Incidência das Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

2. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1354371/PR, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 03/12/2018, DJe 06/12/2018; grifou-se)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. CONTRATO DE SEGURO. RESPONSABILIDADE DA SEGURADORA PELOS VÍCIOS DE CONSTRUÇÃO NO IMÓVEL FINANCIADO. COBERTURA SECURITÁRIA. SÚMULAS 5 E 7 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Nos contratos de seguro habitacional obrigatório no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação, as seguradoras são responsáveis pelos vícios decorrentes da construção, desde que

Superior Tribunal de Justiça

tal responsabilidade esteja prevista na apólice.

2. No caso em exame, tendo entendido a Corte a quo, interpretando o laudo pericial e as cláusulas contratuais, que os vícios construtivos comportavam cobertura, para se concluir em sentido contrário seria indispensável a interpretação de cláusula contratual e o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que, na via estreita do recurso especial, esbarra nas Súmulas 5 e 7 do STJ.

3. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1791564/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 28/05/2019, DJe 14/06/2019; grifou-se)

Quanto à alegada abusividade de cláusula contratual e de que "*exagerada é a vontade representada pela cláusula 8.1.2 da apólice, que se torna nula em razão da abusividade.*" (e-STJ, fl. 1.785), verifica-se que a pretensão dos recorrentes não pode ser conhecida, haja vista ausência de prequestionamento, **pois o Tribunal de origem não se manifestou sobre a referida cláusula contratual, bem como não houve oposição do recurso de embargos de declaração, a fim de suprir eventual omissão do acórdão vergastado.**

Destarte, patente a incidência do óbice constante das Súmulas 282 e 356/STF.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE. TÍTULO DE CRÉDITO. DUPLICATA. 1. ANÁLISE DE VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. IMPOSSIBILIDADE NO ÂMBITO DO RECURSO ESPECIAL. 2. RECONHECIMENTO DA ALEGAÇÃO DE IRREGULARIDADE DE PROTESTO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. 3. VIOLAÇÃO DO ART.460 DO CPC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 282 E 356 DO STF. 4. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Refoge à competência do Superior Tribunal de Justiça apreciar, em recurso especial, suposta ofensa a dispositivos constitucionais, sob pena de invasão da competência do Supremo Tribunal Federal.

2. Impossível a revisão do julgado quanto à alegação de irregularidade do protesto de título executivo, porquanto tal procedimento, no caso sob exame, exigiria o reexame do conjunto

Superior Tribunal de Justiça

fático-probatório dos autos. Incidência da Súmula 7 do STJ.

3. A indicação de violação de dispositivos legais que nem sequer foram debatidos pelo Tribunal de origem obsta o conhecimento do recurso especial pela ausência de prequestionamento. Aplicação das Súmulas 282 e 356 do STF.

4. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 728.172/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/10/2015, DJe de 03/11/2015 - grifou-se).

PROCESSO CIVIL. AGRAVO REGIMENTAIS. RECURSOS ESPECIAIS. AÇÃO DE COBRANÇA. ART. 14 DA LEI N. 8.167/1991. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. RECURSO FUNDADO NA ALÍNEA "C" DO PERMISSIVO CONSTITUCIONAL. NÃO CABIMENTO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7 DO STJ. OFENSA AO ART. 535, II, DO CPC. IMPROCEDÊNCIA DA ARGUIÇÃO. FUNDAMENTOS NÃO IMPUGNADOS. SÚMULA N. 283 DO STF. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. AGRAVOS DESPROVIDOS.

1. Aplicam-se os óbices previstos nas Súmulas n. 282 e 356 do STF quando a norma legal suscitada no recurso especial não foi objeto de debate no acórdão recorrido nem, a respeito, foram opostos embargos de declaração para provocar sua análise.

(...)

4. Improcede a arguição de ofensa ao art. 535, II, do CPC quando o Tribunal a quo se pronuncia, de forma motivada e suficiente, sobre as questões relevantes e necessárias ao deslinde do litígio.

5. Aplicação, por analogia, da Súmula n. 283/STF - "É inadmissível recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

6. Decisão agravada mantida por seus próprios fundamentos.

7. Agravos regimentais desprovidos.

(AgRg no REsp 1.282.251/RN, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/10/2015, DJe 21/10/2015 - grifou-se).

Destarte, inviável a pretensão dos recorrentes.

Ante o exposto, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial.

Por conseguinte, considerando-se o disposto no § 11 do art. 85 do Código de Processo Civil de 2015, majoro os honorários de sucumbência para 13% sobre o valor corrigido da causa, observada a suspensão da exigibilidade da verba em

Superior Tribunal de Justiça

virtude de concessão de assistência judiciária gratuita. (e-STJ, fl. 1.744).

Advirta-se que eventual recurso interposto contra este *decisum* estará sujeito às normas do CPC/2015 (cf. Enunciado Administrativo n. 3/STJ).

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO

Relator

